



## **DOCUMENTAÇÃO PARA O CREDENCIAMENTO DE INSTITUIÇÃO FINANCEIRA**

### **I – para administradores, gestores e custodiantes:**

- a) ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor e alterações subsequentes, devidamente registrada em cartório, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhada da ata da assembleia da última eleição de seus administradores e diretoria, devidamente registrada;
- b) ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo Banco Central do Brasil ou pela Comissão de Valores Mobiliários;
- c) comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ;
- d) prova de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);
- e) prova de regularidade quanto à inexistência de Débitos de Tributos e Contribuições Federais;
- f) prova de regularidade perante o Instituto Nacional de Seguro Social (INSS);
- g) prova de regularidade quanto a inexistência de Débitos de Tributos Estaduais;
- h) prova de regularidade quanto a inexistência de Débitos de Tributos Municipais;
- i) certidão de falência e concordata;
- j) declaração de inexistência de fatos impeditivos;
- k) relatório Due Diligence ANBIMA, contendo as seções 1, 2 e 3, sendo a seção 2, de todos os fundos enquadrados na resolução CMN nº 4.963/2021;
- l) lâmina e regulamento dos fundos enquadrados na resolução CMN 4.963/2021;
- m) lista dos RPPS que possuem ativos nos respectivos fundos de investimentos.

### **II – para distribuidores e agentes autônomos:**

*Além dos documentos mencionados acima:*

- b) autorização de funcionamento ou ato declaratório pela CVM ou Certificado Profissional de Agente Autônomo;
- c) contrato para distribuição e mediação do produto ofertado, quando não previsto no regulamento do Fundo.